

A TRADIÇÃO DA GEOGRAFIA BRASILEIRA NA DISCUSSÃO SOBRE O TERRITÓRIO: UMA INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR¹

Lucas Labigalini Fuini²

Resumo: O objetivo desse artigo é fazer uma investigação, na perspectiva do pensamento científico, sobre o conceito de território nos discursos da Geografia brasileira. A proposta é construir um panorama teórico das diferentes contribuições envolvidas com a abordagem territorial em termos políticos, socioeconômicos e culturais, com base em uma seleção de alguns autores e suas obras de referência, tais como Manuel Correia de Andrade, Milton Santos, Antônio Carlos Robert Moraes, Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet.

Palavras-chave: Território; Geografia Brasileira; Pós-modernidade.

THE TRADITION OF BRAZILIAN GEOGRAPHY IN DISCUSSION ABOUT THE TERRITORY: A PRELIMINARY INVESTIGATION

Abstract: The objective of this article is to do a research, in the perspective of scientific thinking, about the concept of territory in Brazilian Geography speeches. This propose is construct a theoretical background of different contributions involved with the territorial approach in political, economic and cultural terms, based on a selection of some authors and their reference works, such as Manuel Correia de Andrade, Milton Santos, Antônio Carlos Robert Moraes, Rogério Haesbaert e Marcos Aurélio Saquet.

Keywords: Territory; Brazilian Geography; Postmodernity.

¹ O caráter preliminar da pesquisa se deve ao fato de fazer parte das investigações que ora desenvolvemos em estágio e pesquisa de Pós-Doutorado na UNESP-Presidente Prudente, no Grupo de Pesquisa GASPERR, intitulada “Território e Geografia no Brasil: uma análise da produção científica no período contemporâneo” (2014/15), sob regulamentação da PROPE/UNESP.

² Professor Assistente Doutor do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) - Campus de Ourinhos. lucasfuini@yahoo.com.br

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 13(0): 128-146, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

INTRODUÇÃO

Em geral, as pessoas que se perdem em pensamentos é porque não conhecem muito bem esse território (Millôr Fernandes)

O objetivo desse artigo é fazer uma investigação, na perspectiva do pensamento científico, sobre o conceito de território² em alguns dos textos da Geografia brasileira, com destaque às abordagens declaradamente “territorialistas”. A proposta é construir um panorama teórico, sob enfoque descritivo e analítico, das diferentes contribuições envolvidas para a abordagem territorial em termos políticos, socioeconômicos e culturais, a partir de uma seleção de alguns autores e obras. Considerando algumas das definições dadas ao conceito e suas variâncias explicativas, o território pode ser considerado um dos elementos de método fundamentais da ciência geográfica contemporânea tanto por fatos internos à própria evolução epistemológica da ciência e suas correntes de pensamento, quanto por fatores externos relativos aos processos socioeconômicos, políticos e culturais de mudança caracterizados pela globalização e a pós-modernidade.

O território é definido, através da síntese de diversos autores, como o recorte do espaço delimitado por relações de poder que envolvem a produção e apropriação espacial, com conotações políticas, econômicas, culturais, sociais ou naturais, sendo que estas relações são alimentadas por fluxos que ocorrem em diversas escalas, do local ao global. Este trabalho basear-se-á em uma revisão bibliográfica que buscará sintetizar e comparar as visões territoriais de autores como Manuel Correia de Andrade, Milton Santos, Antônio Carlos Robert Moraes, Rogério Haesbaert da Costa, Marcos Aurélio Saquet, entre outros geógrafos e pesquisadores que analisaram o território a partir de determinados parâmetros teóricos e seguiram linhas de reflexão que perpassaram os âmbitos político, econômico, social e cultural, em diferentes contextos históricos.

Segundo Saquet (2007a), o conceito de território não foi central no processo de renovação da Geografia brasileira ocorrido entre 1960 e 1980, movimento mais centrado no conceito de espaço, sobretudo por aqueles que seguiam a teoria do valor de Karl Marx. A verdadeira expansão e qualificação desses estudos de território e territorialidade ocorre no início dos anos 1990, com a retomada do conceito como conteúdo explicativo das práticas sociais e espaciais vigentes. Santos (2002) ressalta,

² A partir da leitura de Sposito (2004) e de Japiassu e Marcondes (2001), consideramos como conceito uma noção abstrata ou geral associada a um objeto ou classe de objetos, sendo formado por dois elementos fundamentais: extensão (conjunto de elementos que define) e compreensão (aquilo e como define esse conjunto). Como todo conceito contém história e é identificado a certos autores, estes podem ser superados ou modificados devido às mudanças na sociedade, cultura e tecnologias. A categoria seria uma unidade de significação de um discurso epistemológico. Na linha de Immanuel Kant (1724-1804) (apud MARCONDES; JÁPIASSU, 2001), por categoria é tratada como os conceitos de entendimento puro, como quantidade-qualidade, unidade-pluralidade. Para Georg Hegel (1770-1831) (apud MARCONDES; JÁPIASSU, 2001), categoria indica os momentos correspondentes da ideia absoluta, as formas de atividade criadoras da ideia. Assim, entendemos que território, assim como região, lugar, paisagem, espaço geográfico, entre outros, seriam conceitos por se associarem uma extensão, compreensão e uma dinamicidade histórica de significado. Categorias, como unidades de conhecimento geradores do conhecimento geográfico, seriam a sociedade, natureza, técnica, tempo, espaço. No entanto, em muitos casos conceito e categoria são tratados como sinônimos, sobretudo quando categoria é tratada pelo viés da identificação do objeto e do discurso do pesquisador, como uma forma de se afirmar sobre um sujeito.

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 13(0): 128-146, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

em texto de 1993, que os novos recortes e as novas formas de funcionamento do território decorreriam do papel que a ciência, a tecnologia e a informação exercem na mundialização/globalização, configurando horizontalidades (*contiguidade territorial entre lugares vizinhos que permitem um acontecer solidário*) e as verticalidades (*formadas por pontos distantes ligados por formas e processos sociais, como as redes*).

Com as mudanças correntes no mundo, pode-se procurar dois caminhos para a compreensão do território, segundo Sposito (2004). O primeiro, pelo viés do desenvolvimento tecnológico e das redes tecnológicas a superar as barreiras de distâncias que contestam as fronteiras territoriais tradicionais e fazem emergir, simultaneamente, novas necessidades e reivindicações fronteiriças nacionais e de grupos minoritários; e o segundo, pelo viés das territorialidades individuais, com forte conteúdo imaterial e simbólico, remetendo às experiências cotidianas coletivas e singulares (de satisfação, necessidades e da liberdade) em espaços e tempos que se expressam em relações de uso, apropriação e controle de áreas específicas, os territórios, que podem estar associados a casa, rua, ambiente de trabalho, grupo de pessoas, como manifestações de solidariedades e territorialidades.

Considerando esses pressupostos, o presente artigo propõe, por meio de uma revisão bibliográfica e sistematização de ideias e concepções, analisar a contribuição territorial da Geografia brasileira, à luz de autores que deram destaque ao conceito em suas análises, buscando analisar os principais fundamentos teórico-autorais da discussão sobre território realizada no Brasil nos dias atuais; investigar o período histórico (fatores externos) que acarretou em mudanças na epistemologia de análise do território brasileiro (fatores internos) e, por fim, analisar contribuições de autores brasileiros selecionados que explicitamente tornaram o território seu núcleo de reflexões e pesquisas, alguns deles sem excluir outros conceitos e temas de análise. Pretende-se, assim, trazer uma contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro e sua epistemologia, além de dispor um material de consulta para futuros estudos na área.

O TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: PRIMÓRDIOS

Em geral, durante a primeira metade do século XX, a Geografia brasileira esteve bastante envolvida com a descoberta dos aspectos fisiográficos e de povoamento do território brasileiro, incorporando o referencial metodológico de inspiração lablachiana para investigar as diversidades regionais do quadro natural e econômico (MORAES, 2000). Assim naturalizou-se o "*território*" como um fato e referência das fronteiras políticas do Estado, não se aprofundando teoricamente sobre seus usos e os fenômenos de identidade social. Tratava-se de uma prática geográfica mais pautada na descrição e síntese dos elementos apreendidos nas paisagens territoriais. Orlando Valverde, geógrafo brasileiro, seguindo a tradição do método lablachiano, realizou diversos trabalhos explorando nuances regionais-locais e temáticas do território brasileiro, mas sempre colocando este como um pano de fundo onde se expressam os fatos geográficos, sobretudo aqueles associados à questão agrária (VALVERDE, 1967; ADAS, 2000).

Dos anos 1960 aos 1980, exceto em trabalhos específicos como o de Becker (1983) a tratar da gestão territorial (*uso político do território*), a pesquisa geográfica

também não enfatizou o conceito de "território" como eixo analítico. Imersa em um ambiente universitário dominado pelo pensamento crítico-marxista e neopositivista (*quantitativista*), o primado, nesse período, se deu para o conceito de espaço, visto tanto na perspectiva da produção e valorização do espaço, sob inspiração marxiana (MORAES; COSTA, 1984), quanto na perspectiva de um espaço (*absoluto ou relativo*) em perspectiva matricial ou na visão de sistema, como conjunto de pontos cujo funcionamento se dá em uma lógica predeterminada.

É possível afirmar que um dos geógrafos pioneiros a assumir a perspectiva territorial em idos dos anos 1980 e início dos 1990 é Wanderley Messias da Costa (docente da Universidade de São Paulo-USP), em seus estudos vinculados às lógicas espaciais de atuação do Estado brasileiro. Uma de suas obras de maior destaque no período foi "*O Estado e as políticas territoriais no Brasil*", de 1988, da coleção "*Repensando a Geografia*", obra em que discute o povoamento brasileiro, a formação de nosso Estado-nação e a articulação de suas políticas territoriais, perpassando diversos períodos de governo. Nela, o autor afirma que as políticas territoriais se inscrevem nos campos da geografia política e da geopolítica e abrangem toda e qualquer atividade estatal que envolva, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas" (COSTA, 1988, p. 13-14).

Saquet (2007a) nos revela que o impulsionamento do uso do conceito de território ocorre, no Brasil e no exterior, e mais especialmente na Geografia humana, pelo renovado interesse em se compreender fenômenos e processos de produção, circulação, comunicação, identidades e relações de poder, sendo que as linhas de influência principais foram as seguintes:

- a) a partir e com estudos de C. Raffestin, a mais expressiva, destacando-se aspectos econômicos e políticos do território e da territorialidade;
- b) com argumentações de Deleuze e Guattari, evidenciando as dimensões da cultura e da política;
- c) com J. Gottman e R. Sack, eminentemente geopolítica;
- d) com estudos de fenômenos e processos de desenvolvimento territorial, feitos por italianos como A. Bagnasco, G. Becattini, G. Dematteis, e outros;
- e) a partir e com reflexões de M. Santos, tendência também bastante significativa, edificada através de sua compreensão de configuração territorial, dos fixos e fluxos e do território usado (...) (SAQUET, 2007a, p. 120).

Duas coletâneas de textos publicadas na primeira metade dos anos 1990, no Brasil, serviram como indutoras e estimuladoras do debate territorial dos anos seguintes, reunindo ensaios teóricos, propostas metodológicas e estudos aplicados apoiados no conceito de "território". Trata-se da obra "*Território, globalização e fragmentação*", organizada por Milton Santos, Maria Adélia de Souza e Maria Laura Silveira, todos à época associados ao curso de Geografia da USP, de 1993, que teve a intenção de ser uma síntese das contribuições dadas pelos participantes-convidados do Seminário Internacional "*Território, Globalização e Fragmentação*", realizado na USP e organizado pela ANPUR (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional). Além de um artigo de Milton Santos, intitulado "O

retorno do território", a coletânea traz uma sessão especificamente dedicada ao território ("*Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local*"), contendo visões de já renomados geógrafos como Manuel Correia de Andrade, Pedro P. Geiger, Roberto Lobato Corrêa, Helena Kohn Cordeiro.

Outra obra que se popularizou no debate acadêmico e gozou de ampla reputação em cursos de Geografia e ciências sociais, além de vinculação em editais de concursos públicos para professores, foi a coletânea "*Geografia: Conceitos e temas*", lançada em 1995 e organizada pelos geógrafos Iná Elias Castro, Paulo César da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa. Mostrando uma preocupação precípua com o tratamento didático dos conceitos e temas abordados, a obra apresenta três dos seus artigos explorando, a partir de propostas de estudos diferenciadas, o território (Marcelo Lopes de Souza), a (des)territorialização (Rogério Haesbaert) e a gestão territorial (Cláudio Egler).

Daí a importância de destacar alguns geógrafos brasileiros cujos trabalhos discorrem teórica e empiricamente sobre o território e que acabaram influenciando, por suas obras, o tratamento que se dá à relação espaço-poder no país. Destacaremos nesse artigo cinco deles: Manuel Correia de Andrade, Milton Santos e Antonio Carlos R. Moraes, como "seminais", e Rogério Haesbaert e Marcos A. Saquet, como expoentes de uma linha mais renovada e de abordagem plural.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE: TERRITÓRIO POLÍTICO E TERRITORIALIDADE

O geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade (1922-2007) construiu uma extensa obra bibliográfica na ciência geográfica entre 1952 a 1995, compreendendo cerca de 100 títulos, incluindo aí livros didáticos. Perpassando por influências teóricas diversas, desde a escola francesa até a crítico-marxista, o autor se notabilizou pelos estudos sobre a formação territorial brasileira, com destaque para a região Nordeste e seus problemas agrário-fundiários. Assim pautou-se, na maior parte de suas obras, por um pensamento e prática críticos pautados na análise do território em termos históricos e político-administrativos e como parte vinculante do processo de povoamento e ocupação do território brasileiro e suas nuances regionais (ANDRADE, 1998). Essa perspectiva aparece claramente em trecho de obra de 1999, com Sandra M. C. de Andrade:

Para se compreender a divisão do território brasileiro em estados e, conseqüentemente, a existência dos estados federados e a desigualdade do seu desenvolvimento, torna-se necessário compreender também o processo de transformação do espaço brasileiro em território, o processo de povoamento, as motivações que o provocaram e os percalços encontrados durante cinco séculos de povoamento. Daí a análise que fazemos da territorialização, antes de nos determos no processo de formação de uma mentalidade favorável à federalização, entre as várias unidades que compõem o país (ANDRADE; ANDRADE, 2003, p. 23, grifos nossos).

Em livro de 1995, intitulado "*A questão do território no Brasil*", Andrade (2004) retoma o quadro conceitual com o qual já trabalhava para tratar da ocupação do território brasileiro, diferenciando a perspectiva inicial de território, vinculada à área de influência animal, em relação à perspectiva geográfica moderna, com a preocupação com o Estado e o controle do território (F. Ratzel) e das relações entre classes sociais e o espaço dominado e ocupado (E. Reclus). Na síntese de ideias do autor, "para se refletir sobre o problema do território no Brasil, tem-se que levar em conta as relações existentes entre o espaço delimitado geograficamente e administrativamente pelas fronteiras e o território verdadeiramente ocupado" (ANDRADE, 2004, p. 20).

Em texto publicado na obra já comentada "*Território, globalização e fragmentação*", Andrade (2002) traz sua concepção sobre território e territorialidade à luz do caso brasileiro. O *território* estaria ligado à ideia de poder, de domínio e gestão de uma determinada área, ou por um poder público-estatal ou por grandes empresas. A *territorialidade* forma-se, nesse sentido, através da consciência que as pessoas que habitam um território dão a ele, tendo uma forma subjetiva associada à consciência de confraternização e participação.

MILTON SANTOS: TERRITÓRIO E USOS DO TERRITÓRIO

O geógrafo baiano Milton de Almeida Santos (1926-2001), certamente o mais ilustre geógrafo brasileiro, é titular de uma extensa obra, que reúne mais de 40 livros escritos em sua passagem pela Universidade Federal da Bahia, institutos de planejamento, em diversos centros universitários mundo afora durante o exílio (1964 a 1977) e em seu último e mais profícuo local de trabalho, o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, no qual formou uma série de "discípulos". A categoria "território" só passa a ser mais constante na obra miltoniana a partir de 1993, quando o autor intitula de "O retorno do território" sua exposição e texto para o evento "*O novo mapa do mundo*", organizado por ele, Maria Adélia Souza e Maria Laura Silveira, e pela ANPUR, sendo realizado na USP.

Na obra "*Por uma Geografia nova (...)*", de 1978, referência e síntese das ideias da Geografia radical ou crítica no Brasil (lembrar do subcapítulo "*Toda teoria é revolucionária*"), Santos (1978) aproxima o *território* do Estado-nação, buscando diferenciar, assim, território de espaço. O *território* seria um dos elementos formadores do Estado-nação (ao lado do povo e da soberania) e em sua utilização é que o espaço geográfico se expressa. O *território* apresenta limites fixos, mas cuja extensão é variável historicamente, e suas formas de ocupação são definidas pelo uso do poder (o soberano, com suas formas coercitivas) e pelas relações entre classes sociais envolvidas no âmbito do modo de produção dominante em escala mundial.

Além dessa ênfase estritamente política, em outras aplicações da categoria em obras do autor, ver-se-á uma análise enfatizando aspectos que qualificariam o território a partir dos seguintes elementos: escalas, relação global-local, atividades econômicas e produtivas e as infraestruturas. Em 1985, na obra *Espaço e Método*, síntese da teoria miltoniana e que subsidiaria suas obras posteriores, o *território* é visto por sua aplicabilidade-funcionalidade, não necessariamente por sua natureza. Este seria formado por frações funcionais diversas que dependem de demandas de vários níveis, do local até o mundial, e cuja articulação (*dessas frações*) se opera por fluxos criados

pelas atividades, população e herança espacial (SANTOS, 1992). Antecipa-se, assim, a ideia de “território usado”, mas sem explicitá-la ainda.

Em 1993, na obra de compilação “*Território: globalização e fragmentação*” fruto de um seminário internacional de mesmo nome e realizado em 1993, Santos (2002) lança sua tese do “*retorno do território*”. Esse retorno decorreria da renovação da abordagem, que não se limitaria mais à concepção advinda da modernidade que restringia o território à “base e fundamento do Estado”, que o “moldava”. A transnacionalização do território, pela via da mundialização do capitalismo, que impõe novas sinergias, tornava antiga a ideia de Estado-territorial, ou da exclusividade do Estado como o único agente a “definir os lugares”. Assim, aparece a concepção de “*território usado*”, definido por seus objetos e ações, associado à análise da fluidez que rege as relações econômicas. Seria sinônimo de espaço humano, espaço habitado. A informação exerceria, no período contemporâneo, o papel fundamental de reunir as diferentes porções territoriais, em um território formado por “lugares contíguos e lugares em rede”, dando possibilidade ao surgimento de novas “solidariedades” e intercâmbios.

Na obra “*A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*”, de 1996, o autor vai buscar sintonizar sua análise do território aos chamados “espaços da globalização”. O *território* será tratado como “a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local” (p. 271), já que o conjunto de possibilidades do mundo (*ou da economia mundial capitalista*) encontra suas oportunidades de realização nos lugares. Assim, vai-se chocar uma “ordem global”, como norma *desterritorializadora* (*pois separa o centro da ação e a sede da ação, ver o exemplo das companhias multinacionais*), com um território local como norma, que *reterritorializa* em uma ordem local os fluxos e ações (*pois reúne em uma mesma lógica interna, o cotidiano imediato formado pela contiguidade de população de objetos, os homens, empresas e as formas sociais, jurídicas e geográficas*) (SANTOS, 1996).

Em sua última obra, de 2001, em parceria com a geógrafa argentina Maria Laura Silveira e com auxílio de seu grupo de orientandos e parceiros, Milton Santos já destaca no título do livro sua preocupação com a categoria operacional de território: “*O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*”, um compêndio que se propõe a realizar uma análise da evolução do Brasil e sua nação através do território (“*visto como unidade e diversidade, a questão central da história humana*”), considerando sua materialidade (*sistemas de engenharia*) e seus fluxos (*sistema de movimentos*), além do quadro normativo-regulatório subjacente à relação Estado-empresas e território.

Posto isso, os autores retomam concepções já pronunciadas em obras anteriores, sobretudo dos anos 1990, e definem o território por duas vertentes: *a*) como o nome político para espaço de um país, geralmente vinculado à relação Estado-território (pois nem toda nação tem um território próprio); *b*) através de seu uso, definido pela implantação de infraestruturas e pelo dinamismo da economia e da sociedade, envolvendo os movimentos (população), distribuição (das atividades), arcabouço normativo e o alcance/extensão da cidadania. A *territorialidade*, outra variável inerente à categoria, é trabalhada com a ideia de pertencimento a um território em termos de exclusividade e limite (lembrando RAFFESTIN, 1993) e, além disso, tratando também da “preocupação com o destino e construção de um futuro” atrelado a um determinado espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 19).

ANTÔNIO CARLOS ROBERT MORAES: VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO E FORMAÇÃO TERRITORIAL

O geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes desempenha suas atividades acadêmicas na USP, atuando nas áreas de Geografia humana e História do pensamento geográfico. Em sua vasta obra até o momento produzida (32 *artigos científicos*; 26 *livros* e 33 *capítulos de livros*), dá-se grande ênfase ao estudo do território, da territorialidade e da formação territorial no Brasil.

Assim, a valorização do espaço aparece como quadro teórico e genérico de questionamento e a formação do *território* é um objeto empírico, um ajuste de foco na ótica de captar o movimento histórico. A valorização do espaço, sob o modo capitalista de produção, se dá pelo processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social ao longo da história, sendo esse processo resultante do trabalho humano como ato de incorporação e criação de valor. Esse valor, incorporado ao solo (*trabalho morto*), substantiva-se na paisagem (*congela-se*) em relações sociais específicas que se tornam qualidades dos lugares (MORAES, 2000).

Posto isso, o território é tratado com um espaço social,

(...) um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga. Tal característica diferencia esse conceito na comparação com outros (como região e paisagem), que podem manifesta-se adjetivados por fenômenos naturais. O território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço (MORAES, 2000, p. 18)³.

Moraes (2000) pontua que o resgate do conceito pela Geografia, nos anos 1960, dá-se por dois caminhos: pelo de orientação metodológica marxista, que propõe uma reflexão em base econômica e política e que qualifica o território pelo seu uso (*apropriação e domínio*) social; e outra que trata o território como espaço de referência cultural (*visão antropológica*), que se qualifica pelo significado que grupos e segmentos da sociedade dão a ele, através dos processos de identidade societária e consciência espacial, concebendo um espaço de exercício de diversas territorialidades. Dessa diferenciação das perspectivas territoriais, o autor conceitua o que viria a ser uma formação territorial como objeto de pesquisa, através dos seguintes postulados: "busca a gênese de conjuntos espaciais contemporâneos em movimento de crescente unidade e integração"; "são resultados de construções de natureza bélicas, jurídicas e ideológicas"; "envolve uma faceta de colonização expressa na difusão de um modo de vida da sociedade que empreende uma expansão política"; "considera-se os territórios atuais como resultados de uma história" (MORAES, 2000, p. 19-23).

Na análise de A.C. R. Moraes dá-se também primazia à aproximação do território com o Estado, manifestando o conteúdo político e ideológico do território, pois,

³ Em outro texto, Moraes (2005) define o território como entidade histórica que expressa o controle social do espaço por uma dominação política institucionalizada.

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 13(0): 128-146, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

no mundo moderno, Estado é de imediato definido como um Estado dotado de território, criando-se a jurisdição definida como *Estado territorial*⁴.

A construção política dessa jurisdição pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física do poder, expresso num aparato estatal. Entretanto, a consolidação desse amálgama entre Estado e território ocorre como um processo lento, no qual aquela extensão areolar (*de área ou circular*) tem de ser organizada e operada como um espaço político, jurídico, econômico e cultural, até resultar numa unidade tomada como evidente: um país. A esse processo, pode-se denominar de formação territorial-estatal, a forma geográfica de analisar a formação de um Estado-moderno (MORAES, 2002, p. 62).

A CORRENTE “INOVADORA”: ROGÉRIO HAESBAERT E MARCOS AURÉLIO SAQUET

Sob influência da obra de Raffestin (1993), em *Por uma Geografia do poder*, e suas concepções de território e territorialidade e de outros autores e filósofos denominados pós-estruturalistas (ou adeptos de um marxismo renovado), como Michael Foucault, Cornelius Castoriadis, Giles Deleuze, Félix Guattari, entre outros, dá-se um processo de renovação da abordagem territorial brasileira em um rico debate envolvendo a fronteira de conhecimento da Geografia com a filosofia, psicanálise, antropologia, sociologia, economia, história, situada na discussão que envolve “território” e “relações de poder”, “território-territorialidades” e “autonomia política”. Ainda no veio que inspirou novas leituras territoriais na Geografia, evidenciou-se a (re)descoberta de geógrafos estrangeiros que ainda não ecoavam fortemente nas discussões e pesquisas brasileiras, como Robert Sack, Giuseppe Dematteis e Máximo Quaini, em suas visões sobre apropriação-controle, produção, representação do espaço⁵. Duas das representações que mais crescem nesse período são as abordagens multidimensionais e multiescalares do território, superando a visão territorial Estado-nacional, e as perspectivas relacionais e de movimento do/no território, destacando a abordagem via T-D-R (*territorialização-desterritorialização-reterritorialização*).

Um dos nomes que desponta nesse movimento é o de Rogério Haesbaert da Costa. Atualmente professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF),

⁴ Mônica Arroyo, da USP, bem destaca a relação Estado, território e mercado, buscando explicar as origens dos Estados territoriais, em artigo publicado na revista *Geographia*, da UFF (ano 6, n. 12, 2004).

⁵ Nesse processo, o geógrafo Milton Santos permanece como estimulador, através de sua reflexão sobre os conceitos básicos da Geografia, de pesquisas acadêmicas e estudos diversos a pensar sobre os usos do território e suas manifestações políticas e econômicas, sobretudo. Um exemplo dessa influência se dá pela continuidade de seu pensamento através do grupo de pesquisa que formou e que reúne diversos acadêmicos da atualidade que prosseguem na linha de análise territorial, como Maria Adélia Souza e Maria Laura Silveira, além de Mônica Arroyo (USP), Márcio Cataia (Unicamp), Fábio Bertoli (USP), Ricardo Mendes Antas (USP). Outros influenciados foram Rogério Haesbaert, cujo prefácio de seu livro *Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste*, foi escrito por Milton Santos, que fez parte da banca de doutorado da tese que gerou o livro; e também Marcos A. Saquet que publicou artigos e reconhece na obra “Abordagens e concepções de território”, de 2007, a importância de Milton Santos na assunção do conceito na Geografia brasileira de início dos 1990; e Antônio Carlos Robert Moraes, que dedica sua última obra, de 2013, a sistematizar a contribuição de Milton Santos na abordagem territorial. *Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia*, Rio Claro, 13(0): 128-146, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

“gaúcho” de nascimento, traz como *ethos* de seus estudos e publicações a perspectiva territorial, desde fins dos anos 1980, ao iniciar estudos sobre a identidade regional e territorial de gaúchos migrantes (temática geradora de seus trabalhos de Mestrado e Doutorado), até os tempos atuais, quando afloraram e se tornaram conhecidas suas análises e sistematizações sobre os movimentos de desterritorialização e reterritorialização de povos excluídos e sobre as multiterritorialidades em termos econômicos e culturais.

Podemos dizer que na obra “*O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*” (2004), expõe-se uma síntese do quadro teórico desenvolvido pelo autor, com um hibridismo de influências teóricas que subsidiam sua discussão de território (*Robert Sack, Claude Raffestin, Gilles Deleuze e Félix Guattari, Jean Gottman, Karl Marx, Emile Durkheim, Michael Foucault, Octávio Ianni*), destacando-se, nesse sentido, uma concepção territorial que ultrapassa o político-jurídico-estatal, *strictu senso*, e que caminha para uma compreensão mais ampla socialmente, buscando compreender os fenômenos econômicos e culturais que explicam os fenômenos de identificação e desidentificação, enraizamento e desenraizamento, da sociedade no espaço.

O autor argumenta que o território e a territorialidade associados à espécie humana apresentam uma tradição analítica não somente na Geografia (*que privilegia a interação sociedade-natureza*), mas também na Ciência política (*concepção de Estado*), na Economia (*como fator locacional ou força produtiva*), na Antropologia (*que traz a dimensão simbólica e o ponto de vista das sociedades tradicionais*), a Sociologia (*com a visão das relações sociais*) e a Psicologia (*construção da subjetividade e da identidade pessoal*).

Assim, pode existir um território, como espaço controlado e apropriado por um grupo, Estado ou atividade econômica, em quatro vertentes básicas (*política; cultural; econômica e naturalista*), e em três perspectivas teóricas de conceituação: a *materialista (vinculada às concepções naturalistas; de base econômica e de tradição jurídico-política)*, a *idealista (vinculadas às perspectivas simbólicas e culturais)* e a perspectiva *integradora (que considera o território como integrador ou uma mediação das diferentes dimensões sociais, como a ideia de território em rede)*. Desse modo, o autor faz uma crítica à concepção pós-moderna⁶ de que a desterritorialização envolve o fim dos territórios ou seu esvaziamento de sentido, qualificando-a como um mito. No bojo do processo de globalização e mundialização do capital, o que estaria ocorrendo é um movimento mais constante de *desterritorialização (perda ou destruição de vínculos identitários e de enraizamento em termos econômicos, políticos e culturais)*,

⁶ Harvey (1989), na obra “*Condição pós-moderna*”, explora os aspectos de mudança nos modos de produção, na arquitetura e urbanismo e nas artes para definir esse movimento de mudança como a “continuidade da condição de fragmentação, efemeridade, descontinuidade e mudança caótica no pensamento” (p. 49), ressaltando também que a “maioria dos pensadores pós-modernos está fascinada pelas novas possibilidades de informação e de produção, de análise e transferência de conhecimento” (p. 53). Daí que essa condição pós-moderna, ao trazer em seu bojo a transição do fordismo para a acumulação flexível, implica em novas formas organizacionais e tecnologias produtivas que buscam diminuir o tempo de giro do capital em muitos setores de produção, com sistemas aperfeiçoados de comunicação e fluxos de informações a possibilitar a rápida circulação de mercadorias no espaço, além da crescente mobilidade geográfica do capital em deslocalizações e realocações industriais, criando a aparente impressão de “encurtamento das distâncias físicas”, a compressão do espaço pelo tempo, diante da também aparente homogeneização cultural do mundo pelos sistemas de comunicação e da “indústria produtora de imagens” (produções televisivas, marketing direto, mídia em geral).

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 13(0): 128-146, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

concomitante ao de re-territorialização (*que seria a reconstrução desses vínculos em outros lugares ou por substituição nos mesmos lugares*).

A crítica proposta é que o movimento de constituição de uma economia-mundo de mercados integrados seria por si só *desterritorializadora*, pois que leva as empresas à busca de deslocalização de atividades por vantagens de custos de oportunidade nos lugares (*mobilidade técnico-funcional*) e as populações excluídas desse processo (*massa trabalhadora, os migrantes, os novos 'nômades'*) formariam os aglomerados de exclusão, exemplos de *desterritorialização extrema* e de (re)territorialização precária.

Se constituem, assim, *territórios-rede*, reticulares ou por sobreposição, pois “a perspectiva de espaço-superfície sucumbe à descontinuidade, fragmentação e à simultaneidade de territórios que não conseguimos mais distinguir onde começam e onde terminam, ou ainda, onde irão eclodir” (HAESBAERT, 2004, p. 348). O domínio dos fluxos e da mobilidade (*acelerado pelas redes informacionais e virtuais e pelos meios de transportes rápidos*), da flexibilização das relações de trabalho e de produção e a hibridização e massificação cultural, conduzem a uma “*multiterritorialidade pós-moderna*”, a perspectiva de ser e estar na simultaneidade de diversos territórios, tanto em nível de classes, grupos e instituições (*como o Estado*)⁷, e a multiterritorialidade individual das experiências pessoais em vários territórios e territorialidades e a de grupos que se deslocam no espaço e guardam relações de identidade e/ou de interdependência com os lugares de origem (*diáspora*).

Marcos Aurélio Saquet, professor e pesquisador da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), de Francisco Beltrão, e docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp - Presidente Prudente, é também um dos “desbravadores” da epistemologia do território na Geografia brasileira atual e isso aparece em diversos de seus artigos (SAQUET, 2006, 2007b, 2010, 2011). Buscando visualizar as relações de poder e de apropriação espaciais (*que formam os territórios*) na colonização italiana no Rio Grande do Sul, na agricultura familiar e nos movimentos campo-cidade no sudoeste paranaense, Marcos Saquet vai reunir esse corpo de conhecimento adquirido e juntar a outras influências advindas com sua pesquisa de pós-doutoramento na Itália, na Universidade Politécnica de Turim (sob supervisão do geógrafo Giuseppe Dematteis), lançando “*Abordagens e concepções de território*”, sua obra de síntese teórica.

Saquet (2007a) define o território pelas relações de poder que ele enseja, tanto em termos de materialidades quanto de imaterialidades. Seriam “relações de poder que estão nas famílias, nas universidades, no Estado e nas suas diferentes e complementares instâncias, nas fábricas, na Igreja, enfim, em nossa vida cotidiana” (SAQUET, 2007a, p. 25). O autor busca, em sua proposta de abordagem territorial, de inspiração marxista não ortodoxa, articular as dimensões sociais do território com a natureza exterior ao homem (*processo histórico e das escalas espaciais*), perfazendo uma ampla retrospectiva bibliográfica sobre o conceito (*imbricado na análise das relações de poder*), tanto na Geografia brasileira quanto em fontes estrangeiras para entender o quadro histórico de constituição de noções como territorialidades, des(re)territorialização e desenvolvimento no/do território.

⁷ Como a multiterritorialização ou multiterritorialidade do Estado, em seus níveis político-administrativos, e das empresas globais ou multinacionais, com suas redes de filiais, fornecedores, distribuidores e contratantes em diversos lugares interconectados. *Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia*, Rio Claro, 13(0): 128-146, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

O conceito de território deve ser analisado em suas dimensões sociais (*expressas nas territorialidades*), como a econômica (E), a política (P), a cultural (C) e relações do homem em sociedade com sua natureza exterior (N), reconhecendo a importância do tempo histórico, da coexistência espacial (multiescalaridade) e as continuidades e descontinuidades definidas pelas redes, relações de poder e identidades. Posto isso, o autor propõe uma abordagem simultaneamente material e imaterial do território (*integradora*), pois na “territorialização há localização, formas espaciais, relações e interações, fluxos e redes, movimento (...), por sujeitos diversos, interesses, necessidades, escalas e lugares” (SAQUET, 2007a, p. 160). Assim, conclui que:

(...) a territorialização é (i)material, com aspectos ligados ao movimento de reprodução da sociedade e da natureza e com elementos específicos de cada lugar, grupo social, etnia, período, momento. Há uma (i)materialidade das formas e relações sociais: uma está na outra; as obras estão nos conteúdos, nas territorialidades e estas nas obras; não consigo imaginar que existam formas sem relações e relações sem formas. A (i)materialidade ocorre na relação E-P-C-N, no território, na territorialidade. Nesse sentido, a abordagem territorial é um caminho para se compreender, por exemplo, as relações e complementaridades que acontecem entre os espaços urbano e rural, seus conflitos, as redes, as relações de poder, enfim, a unidade rural-urbana no âmbito da relação E-P-C-N e das tramas territoriais. (SAQUET, 2007a, p. 160-161).

PARA NÃO CONCLUIR: “COSTURANDO UM COBERTOR COM RETALHOS”

O presente artigo propõe uma análise de algumas das contribuições realizadas pela Geografia brasileira acerca do conceito de “território”, com base em uma revisão bibliográfica e em um estudo de gênero teórico-epistemológico. Esse trabalho buscou caracterizar algumas das ideias e matrizes fundamentais daqueles que, a partir dos anos de 1970 e, sobretudo nos anos 1990, trouxeram o “*território*” novamente para o centro das discussões geográficas.

Desse modo, destacamos alguns personagens da Geografia brasileira para este estudo devido ao volume de contribuições e riqueza das análises que colocam o território em posição de “centralidade” epistemológica. É preciso pontuar que nos estudos territoriais consultados a conceituação ganha novas dimensões além da perspectiva político-histórica, incorporando cada vez mais os fatores econômico-produtivos e institucionais e; culturais - imateriais, simbólicos e ideológicos, que representam uma transição importante da concepção de território, como espaço fixo e material, para concepções que valorizam a pluralidade e multiescalaridades das formas de apropriação do espaço, considerando as territorialidades e dimensões relacionais.

As mudanças paradigmáticas da discussão brasileira sobre o “território” não são exclusivas de nossa forma de fazer “ciência”, mas estimuladas pelos fatores externos da transição para um mundo pós-moderno e de economia capitalista mundializada, com impactos sobre as formas de apreensão de tempo e espaço, e também por

características internas da própria ciência geográfica que passa a se comportar de forma mais eclética, com um diálogo menos ortodoxo entre concepções filosóficas de entendimento do ser e do seu ambiente (*estruturalismo, marxismo, fenomenologia-humanística, teoria dos sistemas*) (CLAVAL, 1999). Desse modo, quando Milton Santos anuncia, em 1993m o “retorno do território”, muito já se tinha escrito sobre as dimensões territoriais dos processos econômicos e políticos (ver Manuel Correia de Andrade, Antônio Carlos Robert Moraes, Wanderley Messias da Costa, Carlos Walter Porto-Gonçalves).

Mas havia ali um ponto de inflexão, que estimulou a re-valorização da discussão e análise dos/sobre os conceitos geográficos e instigou investigações das relações de poder-uso-apropriação-produção no/do espaço, indo além do exclusivismo territorial estatal e, que em suas dimensões contemporâneas da mobilidade, desenraizamento, desidentificação e recriação de novas formas de controle/apropriação territorial, menos institucionais e formais, culminou com a emergência de análises sobre a des(re)territorialização (nas dimensões políticas, econômicas e culturais), as territorialidades culturais urbanas; as territorialidades flexíveis, cíclicas; os territórios em rede; os conflitos sociais e a territorialização dos movimentos sociais; as práticas de gestão e de territorialização do desenvolvimento nos âmbitos local e regional, entre outras vertentes hoje tidas como comuns.

Nesse sentido, podemos propor uma primeira aproximação teórica, além daquelas já realizadas por Haesbaert (2004) e Saquet (2007), sobre a perspectiva territorial na Geografia brasileira, dividindo os autores até aqui analisados dentre as seguintes concepções de território:

a) Território político, com as nuances do:

a1) histórico: trata do povoamento brasileiro e da formação do Estado territorial e seus mecanismos e ideologias de controle (exemplos: Manuel Correia de Andrade, Antônio Carlos Robert Moraes, Wanderley Messias da Costa);

a2) institucional-administrativo: dá enfoque ao sistema político-administrativo e a distribuição das instituições no território, com rebatimentos sobre a governança, desenvolvimento e cidadania (exemplos: Iná Elias Castro, Valdir R. Dallabrida, Elson L. Pires, Lucas L. Fuini);

a3) autonomia e soberania dos movimentos sociais: enfatizam as relações de poder no território e a autonomia e soberania de grupos e movimentos sociais suprimidos pelas formas hegemônicas de controle socioterritorial (exemplos: Marcelo Lopes de Souza, Bernardo Mançano Fernandes);

b) Território nas perspectivas de usos e da gestão política e econômica: destaca as condições materiais e imateriais de uso do território pelas atividades produtivas, corporações e pelo Estado na organização/ordenamento territorial para a difusão capitalista (exemplos: Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa; Bertha Becker, Eliseu Sposito);

c) Território na perspectiva relacional e integradora: destacam a multidimensionalidade (do material e imaterial) e a multiescalaridade na análise territorial, enfatizado o binômio desterritorialização-reterritorialização como quadro da análise dos movimentos que ocorrem de criação e destruição de territórios e vínculos identitários (Rogério Haesbaert, Marcos Saquet).

Desde meados dos anos 1990, surgiram grupos e linhas de pesquisas em instituições localizadas em certos eixos regionais, como no Paraná, com o GETERR (*Grupo de Estudos Territoriais*)⁸, ligado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Unioeste (Francisco Beltrão) e que possui parcerias com o GASPERR (*Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Produção do Espaço e Redefinições Regionais*), da Unesp-Presidente Prudente. Há também uma série de grupos e centros de pesquisa preocupados com a questão do planejamento e desenvolvimento territorial, com destaque para aqueles vinculados a universidades comunitárias do Sul do país (Unisc, Unijuí, UnC, Furb). Prossegue ainda uma afinidade muito grande do LABOPLAN (*Laboratório de Geografia Política e Planejamento Ambiental e Territorial*), da USP, com a perspectiva de território construída por Milton Santos e que passou a ser aplicada e aprimorada em diversos artigos, livros e capítulos de livros por seus antigos orientandos e por alguns de seus parceiros intelectuais⁹. O LAGET (Laboratório de Gestão do Território) da UFRJ, formado pelos docentes Bertha Becker (*in memorian*) e Cláudio Egler, em 1987, também prossegue nas linhas de pesquisa aplicadas à gestão, planejamento e ordenamento do território.

Duas outras coletâneas recentes que produziram impactos profundos nas discussões acadêmicas são as seguintes: a primeira, denominada “*Território brasileiro: Usos e abusos*”, organizada pela docente da USP/Unicamp Maria Adélia A. de Souza (2003), que reuniu pesquisadores e pós-graduandos voltados à “lapidação” e aplicação do quadro teórico-conceitual miltoniano (*com colaborações decisivas das prof.a(s) Maria Adélia Souza e Maria Laura Silveira*) sobre os territórios usados, as ordens globais e os lugares e a fluidez territorial. A segunda recebeu o título de “*Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*”, organizada pelos docentes Marcos Aurélio Saquet e Eliseu Savério Sposito e lançada em 2009. Esta última obra reuniu em um mesmo volume autores de grande influência na análise geográfica e na abordagem territorial nacional e internacional (*Claude Raffestin, Máximo Quaini, Luca Muscará, Rogério Haesbaert, Marcos Aurélio Saquet, Marcelo Lopes de Souza, Eliseu Sposito, entre outros*), com reflexões de cunho teórico e teórico-empírico. Ressalta-se a grande difusão de obras autorais e coletâneas na Geografia nacional em termos de atualização da discussão do conceito/categoria de território, mostrando a força da análise pautada nas relações de poder, apropriação e uso do espaço em diversos lugares e regiões brasileiras.

Desse modo, reconhecemos na presente análise seus limites interpretativos pela necessidade de se escolher certos geógrafos e obras¹⁰ e, por certo, desprezando

⁸ O grupo referido, composto pelos docentes Marcos Aurélio Saquet, Luciano Zanetti Candioto, Roseli Alves dos Santos, entre outros, em parceria com o docente da Unesp-P. Prudente, Eliseu Sposito, foi responsável, direta e indiretamente, pela organização das seguintes coletâneas: RIBAS, A. D.; SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. (Org.), *Território e desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004; ALVES, A. F.; FLÁVIO. L. C.; SANTOS, R. S. (Org.), *Espaço e Território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005, além da referida no corpo do texto, de 2009.

⁹ Dentre esses parceiros, destacam-se os nomes de Maria Adélia Souza, Maria Laura Silveira, Mônica Arroyo, Fábio C. Bertoli, Ricardo Mendes Antas, na USP, e Ana Clara Ribeiro, Denise Elias, Adriana Bernardes, Márcio Cataia, Samira P. Kahil (*in memorian*), entre outros, em outras universidades (UFRJ, UFC, Unicamp, Unesp-Rio Claro).

¹⁰ A perspectiva de análise do território e das territorialidades sob o ponto de vista cultural, com enfoque no cotidiano das cidades e seus grupos e indivíduos, sob inspiração humanística ou existencialista, não foi explorada de forma aprofundada devido ao escopo dos autores selecionados para este artigo. Mas aparece no âmbito de outras reflexões que estamos desenvolvendo na pesquisa de Pós-Doutorado. Um dos trabalhos a referendar essa linha é o de Benhur Pinós da COSTA (2007), sua tese de *Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia*, Rio Claro, 13(0): 128-146, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

estudos e pesquisas de outras fontes e autores¹¹. Sabemos que esse é o passo inicial de uma “longa e exaustiva incursão” pelos meandros da epistemologia e história do pensamento da Geografia brasileira. Ao momento, conseguimos pontuar que a análise do território vem sofrendo transformações mais profundas desde os anos 1990, privilegiando-se cada vez mais a multidimensionalidade, multiescalaridade e as perspectivas relacional-dinâmica do conceito, afetado que foi em seu cerne pela dita “crise da modernidade” e as meta-teorias assentadas nas teses da integração total (tecnológica, comunicacional e econômico-comercial) do globo e o “fim das fronteiras”.

Tanto no Brasil quanto no exterior, a busca pela diferenciação e pela diversidade espacial de lugares e regiões fez religar a lanterna que iluminava o “território” e a ampliação do debate geográfico para os campos das filosofias e ciências afins, fecundando um dito “retorno do território” na centralidade do debate, vendo-se que todo espaço apropriado, usado, controlado, vivido, representado e produzido, é assim definido por e a partir de relações de poder, e que a autonomia, soberania e o desenvolvimento não são somente desígnios do Estado (*ou mesmo das grandes corporações nacionais e globais*), mas também dos grupos sociais, movimentos, comunidades e indivíduos cuja luta pelo “direito” ao território nem sempre ocorre pelas vias convencionais e estratégias tradicionais. São outras vias, são outros territórios e territorialidades e a Geografia brasileira tem perseguido essas trilhas. Quiçá consigamos identificá-las e compreendê-las razoavelmente.

REFERÊNCIAS

ADAS, S. **O campo do geógrafo: colonização e agricultura** na obra de Orlando Valverde (1917-1964) - Vol. I. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, USP, 2006, 481 f.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

_____. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: Os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L.,

doutorado, a estudar os grupos homoafetivos e territorialidades homoeróticas que vêm marcando o cotidiano atual da cidade de Porto Alegre/RS.

¹¹ É possível destacar as contribuições para a discussão territorial de outros geógrafos brasileiros não colocados com tanta ênfase no texto, como Eliseu Savério Sposito, docente da Unesp de Presidente Prudente, que tem avançado na discussão sobre a teoria do território e de outros conceitos/categorias geográficas e aplicado esse arcabouço em estudos e orientações variadas. Destacamos aqui sua caracterização sobre “território” no plano do método e dos conceitos na obra “*Geografia e filosofia*”, de 2004, e também o capítulo de livro “*A metamorfose do território em região: o devir e o atraso como referências do discurso*” (In: Silvia Regina PEREIRA; Benhur Pinós da COSTA; Edson Belo Clemente de SOUZA. (Org.), *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. 1, p. 117-145). Outro que pode ser destacado é Carlos Walter Porto-Gonçalves, docente e pesquisador da UFF, com seu trabalho sobre a geografia política (*ação do Estado no planejamento e ordenamento territorial*) do território brasileiro associada às frentes de ocupação e ao desenvolvimento sustentável. Destacamos, nesse sentido, o texto “*Geografia política e desenvolvimento sustentável*”, publicado na revista *Terra Livre*, da AGB-São Paulo (n. 11-12, p. 9-76, ago/1992-ago/1993). Aldomar A. Ruckert, docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenador do Laboratório Estado e Território (LABETER), é outro geógrafo que tem dedicado suas pesquisas às dimensões e usos do território nas regiões de fronteira e nos processos de integração regional, além de ter se destacado na análise e proposta de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT). Dentre suas várias contribuições, destacamos os artigos “*Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades*” (*Geosp*, São Paulo, v. 17, p. 79-94, 2005), e “*A Política Nacional de Ordenamento Territorial*” (*Scripta Nova*, Barcelona, v. 11, p. 01-20, 2007). *Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia*, Rio Claro, 13(0): 128-146, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

Território: Globalização e fragmentação. 5ª. Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002 [1993], p. 213-220.

_____. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuições ao estudo da Geografia agrária no Nordeste. 6ª. ed. Recife: UdUFPE, 1998.

_____. ; ANDRADE, S. M. C. **A federação brasileira:** uma análise geopolítica e geosocial. 2ª. ed. SP: Contexto, 2003 (Repensando a Geografia).

ARROYO, M. Território, Mercado e Estado: uma convergência histórica. **Geographia**, UFF, ano, n. 12, p. 49-66, 2004.

BECKER, B. K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. In: BECKER, B. K., et. al, **Abordagens políticas da espacialidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1983.

CASTRO, I. E. Instituições e território: possibilidades e limitações ao exercício da cidadania. **Geosul**, Florianópolis, UFSC, v. 18, n. 36, p 7-28, jul./dez. 2003.

CASTRO, I. E. et. al. (org.). **Geografia:** conceitos e temas: RJ: Bertrand, 2003 [1995].

CLAVAL, P. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Niterói, UFF, ano 1, n.2, 1999.

COSTA, W. M. **O Estado e as Políticas territoriais no Brasil**. SP: Contexto, 1988.

COSTA, B. P. **Por uma geografia do cotidiano:** território, cultura e homoerotismo na cidade. Tese (doutorado), Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2007, 360 f.

DALLABRIDA, V. R.; BECKER, D. F. Dinâmica territorial do desenvolvimento. In: BECKER, D. F.; WITTMAN, M. L., **Desenvolvimento regional:** abordagens interdisciplinares. 2ª. Edição, Sta. Cruz do Sul: Edunisc, 2010, p. 175-216.

_____; SIEDENBERG, D. R.; FERNANDEZ, V. R. Desenvolvimento a partir da perspectiva territorial. **Desenvolvimento em questão**, Ijuí/RS, Unijuí, ano 2, n. 4, jul./dez. 2004.

DEMATTEIS, G. Em la encrucijada de la territorialidad urbana. **Bitacora-Urbano/Territorial**, v.10, n.1, p. 53-63, 2006.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S., **Território e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. SP: Expressão popular, 2009, p. 197-216.

_____. Entrando nos territórios do território. In: FERNANDES, B. M., **Campesinato e territórios em disputa**. SP: Expressão Popular, 2008, p. 273-302.

FOUCAULT M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Sécurité, territoire, population**. Cours au Collège de France (1977-1978). Paris: Gallimard/Seuil, 2004.

FUINI, L. L.; PIRES, E. L. As dimensões da governança territorial: delineamento preliminar de aspectos teóricos e morfológicos. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S., **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. SP: Expressão popular, 2009, p. 291-314.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. A desterritorialização: Entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. , et. al, **Geografia: Conceitos e temas**. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1995], p. 165-206.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. SP: Hucitec/Anna Blume, 2002.

_____. **Bases da formação territorial do Brasil: O território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: MELLO, N. A. de; OLIVEIRA, Jr., R. (org.). **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial**. Brasília: IICA/Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 43-48.

_____. ; COSTA, W. M. da. **Geografia crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia política e desenvolvimento sustentável. **Terra Livre**, São Paulo, AGB, n. 11-12, p. 9-76, ago/1992-ago/1993.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. SP: Ática, 1993.

RIBAS, A. D. ; SAQUET, M. A; SPOSITO, E. (Org.), **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 3ª. ed. SP: Hucitec, 1992.

_____. **A natureza do espaço:** Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma outra globalização:** Do pensamento único à consciência universal. SP/RJ: Record, 2003.

_____. O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L., **Território:** Globalização e fragmentação. 5ª. ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002 [1993].

_____. **Por uma Geografia nova:** Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. SP: Edusp, 2002.

_____. et al. **Território globalização e fragmentação.** 5ª. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, 2002 [1993].

_____. ; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** Território e sociedade no início do século XXI. 10ª. ed., São Paulo/Rio de Janeiro: Record, 2010.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007a.

_____. Proposições para estudos territoriais. **Geographia**, Niterói, UFF, ano 8, n. 15, 2006.

_____. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, UFSC, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

_____. Contribuições para a obra de Manuel Correia de Andrade: Geografia, região, espaço e território. **GeoUERJ**, Ano 12, n. 21, v. 2, 2º semestre de 2010.

_____. Abordagens e concepções de território e territorialidade. **Revista Geográfica da América Central** (Número especial EGAL), ISBN 2115-2563, p. 1-15, 2011.

_____. ; SPOSITO, E. S. (org.). **Território e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. SP: Expressão popular, 2009.

SOUZA, M. L. O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. et. al, **Geografia:** Conceitos e temas. 5ª. Ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003 [1995], p. 77-116.

_____. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, E S., **Território e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. SP: Expressão popular, 2009, p. 57-72.

SOUZA, M. A. A. (org.). **Território brasileiro: usos e abusos**. Campinas: Territorial, 2003.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: Contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Edunesp, 2004.

_____; DUNDES, A. C. A metamorfose do território em região: o devir e o atraso como referências do discurso. In: PEREIRA, S. R.; COSTA, B. P.; SOUZA, E. C. B. (Org.), **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 117-145.

VALVERDE, O. Geografia da pecuária no Brasil. **Finisterra - Revista Portuguesa de Geografia**, v. 2, n. 4, p. 244-261, 1967.

Artigo submetido em: 01/04/2015

Aceito para publicação em: 24/06/2015

Publicado em: 22/08/2015